

RELATÓRIO DE INICIATIVAS 2019



INTRODUÇÃO

Trata-se do Relatório de Iniciativas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que consolida as principais ações realizadas para cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão no exercício de 2019. O intuito deste documento é propiciar uma visão geral do primeiro ano da gestão 2019/2021 aos servidores, magistrados, partes, advogados e a sociedade em geral. O relatório está estruturado em 11 (onze) objetivos estratégicos, contendo as iniciativas mais relevantes e os resultados alcançados.

 PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS E DA QUALIDADE DE VIDA	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Instituição da Política de Governança e Gestão de Pessoas (RA nº 79/2019) e do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas do TRT18 (Portaria GP/SGGOVE/SGPe nº 2356/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de pessoas no Tribunal; e • Definição de iniciativas, indicadores e metas a serem alcançados pelas unidades de gestão de pessoas até o final de 2020.
Realização do projeto piloto de Gestão por Competências na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão das matrizes de competências da unidade; • Avaliação das competências dos servidores; • Identificação das lacunas de competências dos servidores; e • Fornecimento de subsídios para elaboração do Plano Anual de Capacitação de TI - PACTIC 2020. <p>→ Obs: 21% (vinte e um por cento) do PACTIC é oriundo da iniciativa em questão.</p>
Aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação de Desempenho - SAD, com a inclusão de campo específico para informação, pelo gestor avaliador, das necessidades técnicas e comportamentais de capacitação do servidor avaliado.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e documentação das necessidades individuais de capacitação durante o processo de avaliação de desempenho dos servidores; e • Emissão de relatório geral com 55 (cinquenta e cinco) sugestões de capacitação extraídas das avaliações de desempenho realizadas entre janeiro e outubro de 2019.

<p>Identificação e tratamento das inconsistências de pagamento de benefícios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação de 598 (quinhentos e noventa e oito) divergências entre a forma de registro da informação no SIGEP e no MGE; ● Tratamento de todas as divergências que geravam valores equivocados nos sistemas de folha de pagamento MGE e FolhaWeb; e ● Autuação de processos administrativos para tratamento das irregularidades na concessão e eventuais suspensão e/ou devolução de benefícios.
<p>Oficina de Identificação das Ocupações Críticas do TRT da 18ª Região e correspondentes perfis profissionais desejados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação de 25 (vinte e cinco) ocupações críticas; ● Identificação de possibilidades de segregação de funções críticas; ● Identificação das competências necessárias para as ocupações críticas identificadas; e ● Emissão de relatório, encaminhado à Escola Judicial, com a sugestão de 130 (cento e trinta) ações de capacitação voltadas às competências identificadas.
<p>Informatização do controle da frequência dos servidores e estagiários, do registro das diligências mensais cumpridas pelos oficiais de justiça e das folgas compensatórias dos servidores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Simplificação do processo de frequência; ● Cumprimento, pelos gestores das unidades, do prazo estabelecido pela Administração para o envio das informações à SGPe referente a frequência e diligências; ● Automatização dos efeitos financeiros da frequência e das diligências; e ● Redução dos riscos referente ao controle das folgas compensatórias, uma vez que o antigo controle era realizado em várias planilhas (excel).
<p>Pagamento das remunerações de magistrados e servidores do TRT da 18ª Região pelo novo sistema de folha de pagamento da JT - FolhaWeb, a partir de outubro/2019.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Saneamento da base cadastral do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da JT - SIGEP (para a confecção da folha de pagamento, o sistema FolhaWeb extrai as informações do SIGEP); ● Automatização de todas as consignações facultativas em folha de pagamento do Tribunal, bem como adequação ao sistema FolhaWeb;

	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilização do uso do extrator do CSJT para envio de informações para o repositório do e-Social; e • Cumprimento das determinações do CSJT e TCU.
<p>Encontro dos estagiários do TRT18.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampla adesão do público-alvo, potencializada inclusive pela disponibilização de transmissão <i>online</i> em tempo real para atender a estagiários lotados em unidades do interior; • Prestação de informações relevantes para os estagiários, notadamente em termos de direitos e deveres previstos na Lei do Estágio (11.788/2008), e saneamento de dúvidas recorrentes; e • Oportunização de momentos de interação entre os estagiários do órgão e destes com a Administração, proporcionando senso de pertencimento.
<p>Terceirização do Programa de Estágio Supervisionado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da gama de serviços administrativos prestados pelo agente de integração (CIEE), gerando maior eficiência do gasto com a contratação e possibilitando redução da equipe de trabalho responsável pela condução do programa de estágio; • Transferência da realização dos processos seletivos para o agente de integração, repercutindo em redução dos custos pertinentes, à medida que na taxa de administração paga mensalmente, dotada de valor fixo, já está incluída a realização dos certames; • Maior agilidade nos trâmites relativos à convocação e contratação de estagiários, bem como na comunicação junto às instituições de ensino superior para o trato de questões burocráticas inerentes ao estágio supervisionado; • Redução de cerca de 30% (trinta por cento) do quantitativo total de folgas compensatórias concedidas no âmbito do Tribunal, por conta da terceirização dos processos seletivos; e • Redução de gastos com o pagamento de substituições provenientes de gozo das citadas folgas compensatórias (no caso dos servidores que, no antigo cenário - anteriormente à terceirização, substituíam os respectivos gestores nas folgas

	geradas pelo trabalho realizado durante os referidos processos seletivos).
Nova regulamentação do Auxílio-Saúde (Portaria TRT 18ª GP/SGPe nº 2556/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação da comprovação de despesas por parte do beneficiário do auxílio que não possui consignação do plano de saúde em folha de pagamento; • Informatização do processo de comprovação de despesas com planos de saúde; e • Redução do volume de trabalho da Divisão de Informações Funcionais para controle do auxílio-saúde.
Recadastramento Anual de Informações Funcionais - RAIF.	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização periódica do cadastro funcional de magistrados e servidores do TRT 18ª Região por meio de sistema informatizado; e • Criação de mecanismo para detecção de irregularidades no recebimento de benefícios concedidos pelo TRT da 18ª Região.
Instituição da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual (Portaria TRT 18ª SGP nº 1512/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes para coibir condutas que configurem assédio moral e sexual no âmbito do TRT da 18ª Região.
1ª Olimpíada da Ergonomia.	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização quanto às medidas preventivas, como participação na ginástica laboral, auto-ajuste do posto de trabalho, realização de pausas, bem como orientações e ajustes individuais nos postos.
Curso teórico-prático de primeiros socorros na capital e no interior.	<ul style="list-style-type: none"> • 249 participantes no curso teórico-prático sobre engasgo, quedas e infarto.
Setembro Amarelo (campanha brasileira de prevenção ao suicídio).	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de oficinas de <i>mindfulness</i> em todas as unidades da capital. As oficinas estiveram voltadas à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental, com vistas à redução dos riscos psicossociais do trabalho.

Dia D da Saúde.	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra sobre saúde mental, maratona Degraus, prevenção ao câncer de mama, orientações de saúde bucal, quick massage, auriculoterapia, campanha de doação de sangue, orientação nutricional, aferição de pressão arterial e medição de glicemia. Contou com 328 participantes.
Seminário de Combate ao Assédio Moral e Sexual.	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização sobre o tema assédio moral e as formas de prevenção e combate.

TRT PARA TODOS

Foram realizadas cinco etapas do projeto “**TRT PARA TODOS - 2ª Edição**”, com a participação dos servidores da área administrativa e dos magistrados e servidores das Varas do Trabalho do interior. Os encontros promoveram integração e disseminação de conhecimento e boas práticas.

Área Administrativa



Área Judiciária



1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Anápolis, Goianésia, Goiás, Ceres, Uruaçu e PA de Porangatu



VTs de Caldas Novas, 1ª e 2ª de Itumbiara, Goiatuba, Catalão, Palmeiras de Goiás e PA de Pires do Rio



1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Rio Verde, Quirinópolis, Mineiros, Jataí, São Luís de Montes Belos e PA de Iporá



1ª, 2ª e 3ª VTs de Aparecida de Goiânia, Formosa, Posse, Luziânia e Valparaíso



APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Instituição da Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações do TRT18 (RA nº 81/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades relativos à governança e gestão orçamentária e de contratações.
Treinamento dos gestores do Tribunal para utilização plena do SIGEO.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação aos gestores dos dados necessários para o planejamento e execução orçamentária no SIGEO.
Participação dos Comitês Orçamentários no levantamento das demandas e no planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação efetiva dos Comitês Orçamentários na discussão, definição e execução das demandas do Tribunal.



Reuniões periódicas com os gestores de contratações para repassar orientações, mostrando as falhas comuns e as medidas para aperfeiçoamento.

→ **Resultados alcançados:** Execução de 99,82% das ações orçamentárias “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” e “Publicidade Institucional e de Utilidade Pública”.



GARANTIR INFRAESTRUTURA FÍSICA MODERNA E ADEQUADA

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Melhorias da infraestrutura física do Fórum Trabalhista de Goiânia, como a troca do piso do 9º andar, renovação do ar e criação da copa molhada da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como adequação de ambiente para criação da sala dos motoristas no Complexo.	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e condições favoráveis para a qualidade do ar e consequente ambiente laboral, com melhor conforto para servidores e usuários.
Reforma geral, sem acréscimo de área construída, do Posto Avançado de Iporá - GO, da Vara de Catalão e do Foro de Rio Verde.	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do Posto Avançado de Iporá e manutenção da infraestrutura física, com correção de infiltrações, fissuras, pintura e vazamentos na VT de Catalão e no Foro de Rio Verde.
Execução de caixa de escada no Foro de Anápolis, prumada de hidrante e casa de máquinas para adequar às normas do CBMGO.	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança em caso de incêndio.
Reparos nas Varas do Trabalho de Valparaíso, Caldas Novas, Uruaçu, Quirinópolis e Goiás.	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da infraestrutura física, melhores condições de trabalho e adequação às normas do Corpo de Bombeiros.
Adequação de ambiente para criação do CEJUSC no Foro de Itumbiara.	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação para proporcionar melhores condições de trabalho.
Troca de todos os quadros elétricos de iluminação, tomadas (comuns e estabilizadas) e ar condicionado do Ed. Ialba-Luza, bem como implementação de sistemas semi-automatizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Confiabilidade de toda a instalação elétrica de distribuição do Edifício.
Substituição de nobreaks no Fórum (data-center) e Ed. Ialba-Luza.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade da rede estabilizada e do data-center.
Implementação do sistema de automação do ar condicionado central do Fórum Trabalhista.	<ul style="list-style-type: none"> • Controle automatizado do sistema de automação do ar condicionado central, com redução do consumo de energia.
Implementação de sistema de monitoramento remoto dos nobreaks das Varas do Trabalho do interior.	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento remoto dos nobreaks do interior.

Substituição de lâmpadas fluorescentes por LEDs nos pavimentos sétimo, oitavo e nono andares do Fórum e implementação de sensores fotoelétricos e de movimento nas áreas comuns do Fórum.

- Redução de cerca de 50% das luminárias instaladas, com consequente economia de energia.

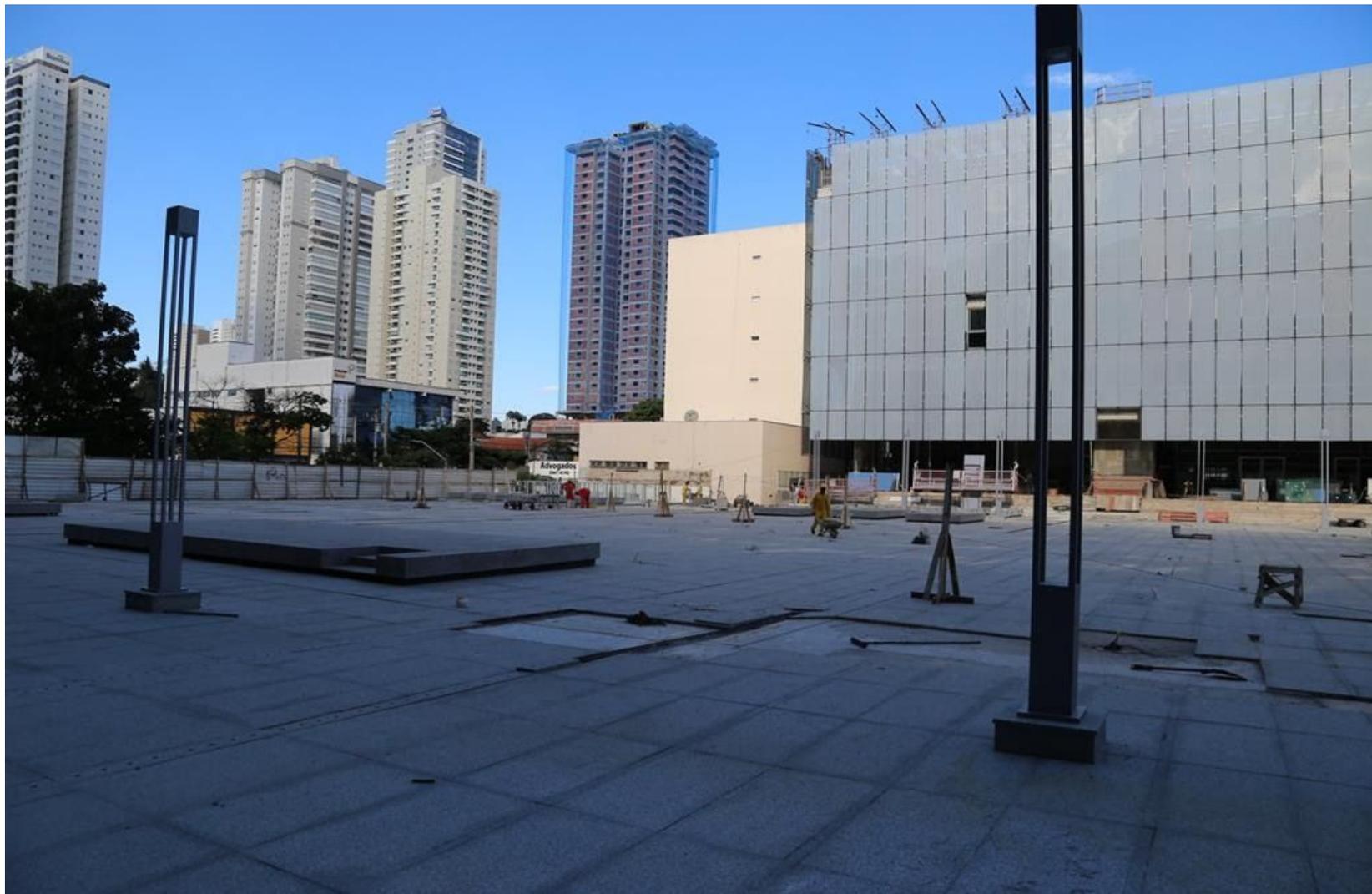
Adaptação de toda instalação de incêndio no Fórum e no Ed. Ialba com adequação às normas do CBMGO.

- Segurança em caso de incêndio.



Reforma geral, com acréscimo de área construída, na VARA DO TRABALHO DE FORMOSA.

→ **Resultados alcançados:**
Modernização da Vara, proporcionando melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores e melhor atendimento ao jurisdicionado.



Finalização da 2ª fase da obra do Complexo Trabalhista, que incluiu execução dos serviços de fechamento externo, interno, cobertura, impermeabilização, parte das instalações e do acabamento.



APRIMORAR A INFRAESTRUTURA E A GOVERNANÇA DE TIC

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Elaboração e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019-2021.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de 72 projetos de TIC a serem desenvolvidos/implantados no biênio 2019-2021.
Entrega da segunda fase da Consulta Processual do PJe.	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de consulta de terceiros e consulta a processo de Tribunal diverso.
Aumento da largura de banda do link de Internet em 60% (de 125 Mbps para 200 Mbps), sem custo extra para o Tribunal.	<ul style="list-style-type: none"> • Maior velocidade e implementação de novos serviços.
Finalização da segunda fase do Sistema de Interligação Bancária (SIB).	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de expedição eletrônica de alvarás de recolhimento (DARF, GRU, GPS e FGTS).
Implantação do módulo FolhaWeb.	<ul style="list-style-type: none"> • Controle da folha de pagamento do Tribunal.
Implantação do Service Desk.	<ul style="list-style-type: none"> • O service desk se destina a realizar o primeiro atendimento ao usuário, proporcionando uma redução no tempo dos atendimentos da STI.
Finalização da terceira fase da Consulta Pública Processual do PJe.	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de acesso à íntegra do processo pela própria parte.
Entrega de novos Painéis Orçamentários do SIGEO.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor acompanhamento às informações sobre orçamento constantes no sistema SIGEO.
Reorganização dos racks de todas as salas técnicas da capital.	<ul style="list-style-type: none"> • Maior celeridade quando forem feitas manutenções nesses equipamentos.
Revisão da Política de Segurança da Informação (RA nº 145/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento da governança e gestão de segurança da informação ao Sistema de Governança Institucional do TRT (RA nº 83/2018); e

	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização, organização e aprimoramento do documento da política para maior clareza dos princípios, diretrizes, estruturas organizacionais e responsabilidades.
Realização de pesquisa interna de satisfação dos usuários de TIC.	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de informações sobre a qualidade dos principais serviços de TIC, com identificação dos aspectos mais relevantes e de pontos de melhoria, a partir da avaliação dos usuários internos, permitindo a formulação de ações visando a constante evolução.



Instalação de novos equipamentos de processamento e armazenamento de dados (Blades e Storage).

→ **Resultados alcançados:** maior velocidade e estabilidade em todos os sistemas entregues pela STI, a exemplo do PJe e Sisdoc.

Finalização do projeto “Central de Execuções”.

→ **Resultados alcançados:** automatização de pesquisa em diversos convênios, dispensando, assim, que as Varas tenham que fazer a mesma pesquisa repetidas vezes. Os convênios cobertos pela ferramenta são:

- Bacenjud
- Conectividade Caixa
- CCS
- CNIB
- Infojud
- JUCEG
- Renajud
- SIEL (TRE)



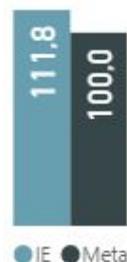
AGILIZAR O TRÂMITE DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<p>Adesão ao convênio do IEPTB: Sistema que permite a substituição da solicitação de protesto da dívida em cartório feita por ofício, em papel, para o meio eletrônico.</p>	<p>Sistemas em fase inicial de utilização pelas unidades judiciárias.</p>
<p>Assinatura de convênio com a ANOREG para uso do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis de Goiás – SREI: Permite o acesso de juízes e servidores deste Regional ao SREI, o qual possibilita a consulta e a visualização de matrículas de imóveis, certidões e, também, a expedição de mandados para fins de ordens de construção, bem como qualquer outra ordem judicial relativa ao imóvel junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.</p>	

<p>Ampliação do convênio com o DETRAN-GO para acesso ao RENACH (Registro Nacional de carteira de Habilitação) com o fim de efetuar operações relativas à consulta de dados do condutor, como habilitação, mudança de categoria, penalidades, suspensões do direito de dirigir, mudança de domicílio, transferência de Estado, emissão de CNH e da PID (Permissão Internacional para Dirigir), bem como de realizar bloqueio de CNH dos executados pela Justiça do Trabalho, quando assim determinar o magistrado.</p>	
<p>Projeto "Central de Execuções" - Finalização do projeto "Central de Execuções", o que propiciará automatização de pesquisa em diversos convênios, dispensando, assim, que as Varas tenham que fazer a mesma pesquisa repetidas vezes. Os convênios cobertos pela ferramenta são: Bacenjud, Conectividade Caixa, CCS, CNIB, Infojud, JUCEG, Renajud e SIEL (TRE).</p>	<p>Sistemas em fase inicial de utilização pelas unidades judiciárias.</p>
<p>Implantação do Sistema de Investigação de Valores e Informações -SIVI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Antecipação do Projeto Garimpo para levantamento dos saldos de depósitos judiciais; e ● O sistema disponibiliza as seguintes ferramentas: lista de maiores devedores, lista de processos em fase de execução com saldo bancário, lista de processos com partes no CNDT, consulta contas judiciais cujos processos estão em trâmite e arquivados.
<p>Semana Nacional de Execução do CSJT - PA 6363/2013.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Audiências realizadas: 176 ● Acordos homologados: 60 ● Valores dos acordos homologados: R\$ 1.237.948,80 ● Recolhimento previdenciário em fase de execução - INSS: R\$ 5.977,80 ● Recolhimento fiscal em fase de execução - Imposto de Renda: R\$ 1.144,86

ÍNDICE DE EXECUÇÃO (META 5 DO PODER JUDICIÁRIO)

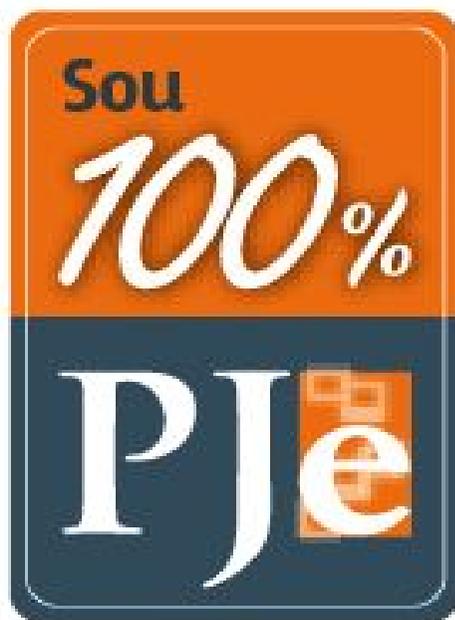
1º grau



ASSEGURAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Disponibilização do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil (SISCONDJ): Automatização da gestão dos depósitos judiciais e alvarás eletrônicos com o Banco do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade e segurança para liberação de pagamentos dos alvarás judiciais às partes; e • Redução da ida de partes e advogados aos balcões das Secretarias e agências bancárias.
Implantação da Comunicação Eletrônica, via Portal do PJE-PJExpress ou pelo DEJT. Tem por finalidade viabilizar a expedição eletrônica de comunicação dos atos processuais (citações, intimações e notificações) às partes previamente cadastradas, utilizando-se das modalidades instituídas pela Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 2745/2019.	Ainda não há aferição quanto ao resultados, uma vez que ainda não houve adesão/cadastro das empresas.
Adesão ao Acordo de Cooperação ao Cadastro Nacional de	<ul style="list-style-type: none"> • O ajuste permitirá a consulta a informações centralizadas das

<p>Empresas Mercantis - CNE, para possibilitar o acesso deste Tribunal, por meio da internet, ao cadastro mantido pelo Departamento Empresarial e Integração - DREI, com a finalidade de pesquisa, consulta a dados cadastrais e emissão de relatórios, sem valor de certidão, com vista à elaboração de políticas públicas relacionadas às suas atividades institucionais.</p>	<p>27 Juntas Comerciais dos Estados. O procedimento encontra-se em trâmite, aguardando assinatura do Convênio (PA 8107/2018).</p>
<p>ENEL Goiás - Disponibilização de acesso a plataforma denominada PORTAL JUDICIÁRIO, para consulta de dados pessoais cadastrais e específicos de clientes da ENEL, via internet, permitindo a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas aos processos judiciais, pelos endereços residenciais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior agilidade.

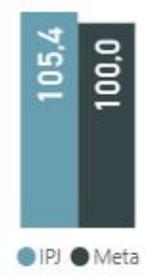


Migração de 100% dos processos pendentes de baixa dos sistemas legados (SAJ e SAP) para o PJe.

→ **Resultados alcançados:** Otimização dos serviços de Secretaria, Gabinetes e Turmas.

ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS (META 1 DO PODER JUDICIÁRIO)

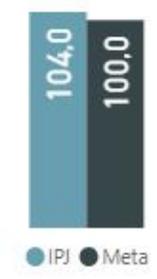
1º grau



2º grau

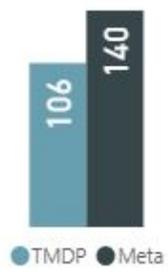


TRT18

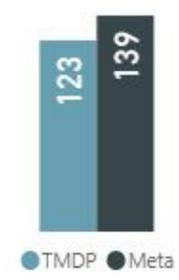


TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO (METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO)

1º grau

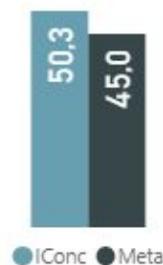


2º grau



 ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Instalação dos CEJUSC'S de Aparecida de Goiânia (Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 1591/2018) e Itumbiara (Portaria TRT 18ª GP/SGJ nº 3840/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no número de conciliações; e • Melhoria na gestão da massa processual e da pauta de audiências pelas unidades.
Semana Nacional de Conciliação do CNJ.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do índice de conciliação do Regional; • Audiências de conciliação designadas: 473 • Audiências de conciliação realizadas: 461 • Quantidade de acordos homologados: 129 • Valores homologados: R\$ 1.128.504,00
Semana Nacional de Conciliação do CSJT.	<ul style="list-style-type: none"> • A V Semana Nacional da Conciliação Trabalhista resultou num total de 2.102 audiências e R\$ 15.870.652,46 em conciliações.

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO (META 3 DO PODER JUDICIÁRIO)

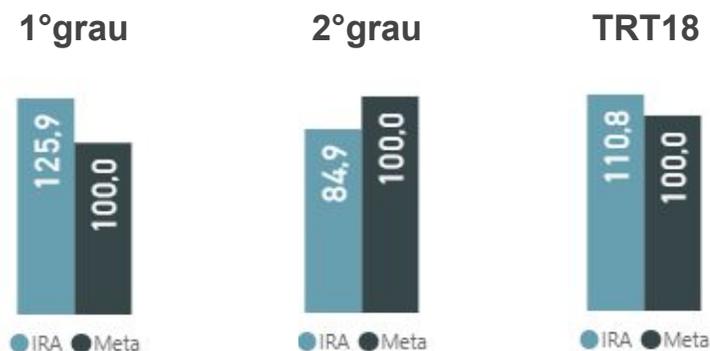




GERIR AS DEMANDAS REPETITIVAS E OS GRANDES LITIGANTES

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Análise, em conjunto com a Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação, a fim de regularizar as movimentações processuais identificando os Grandes Litigantes.	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento pelas Unidades Judiciárias dos Grandes Litigantes
Implantação do Sistema de Investigação de Valores e Informações -SIVI.	<ul style="list-style-type: none"> Sistema permite a consulta da lista de maiores devedores e da lista de processos com partes no CNDT, visando a gestão dos processos para reunião das execuções.

ÍNDICE DE REDUÇÃO DO ACERVO DOS MAIORES LITIGANTES (META 7 DO PODER JUDICIÁRIO)





APRIMORAR E AGILIZAR OS TRÂMITES ADMINISTRATIVOS

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Assinatura eletrônica no SISDOC para propostas de preços em licitações nas quais a habilitação é exclusivamente por SICAF e documentos obtidos pela internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do prazo para conclusão da licitação com a supressão, nestes casos, da fase de envio de documentos originais pelos correios.
Utilização do SILC (Sistema Integrado de Licitações e Contratos).	<ul style="list-style-type: none"> • Registro e controle dos processos administrativos, com o aprimoramento dos fluxos de trabalho, diminuição de atividades manuais e do tempo de tramitação dos processos.
Desdobramento da estratégia (construção de planos de ação) em 05 (cinco) unidades administrativas: SMPROJ, DML, SLC, SOF e Ouvidoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de iniciativas para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal; • Integração das equipes; e • Melhorias e inovações em processos de trabalho.



Instituição do COMITÊ DE CONTRATAÇÕES (Portaria TRT 18ª GP/SGGOVE nº 3258/2019), que subsidiará a Alta Administração nas decisões relativas às contratações, propiciando aprimoramento da governança e da gestão de contratações.



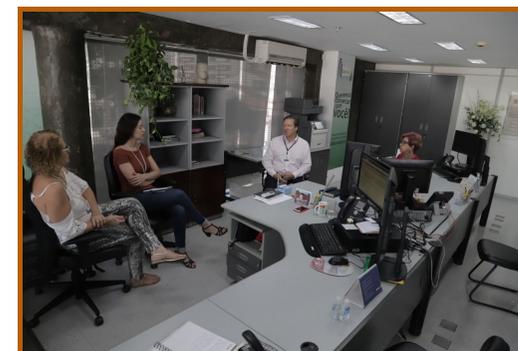
Em 2019, o “Tempo médio de duração dos processos de concessão de benefícios a magistrados” foi de apenas **9 dias** e a “Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo” foi de **86,70%** .

Em relação às contratações, foram realizadas **71** licitações na modalidade **PREGÃO** e o tempo médio de duração foi de **112 dias**.

 FORTALECER OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA	
INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Instituição da Política de Gestão de Riscos (RA nº 78/2019) e do Plano de Gestão de Riscos (Portaria TRT 18ª GP/SGGOVE nº 2618/2019); da Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações (RA nº 81/2019); da Política de Governança e Gestão de Pessoas (RA nº 79/2019), bem como do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas (Portaria GP/SGGOVE/SGPe nº 2356/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes, princípios e responsabilidades relativos a riscos; governança e gestão orçamentária e de contratações; e governança e gestão de pessoas.
Aprovação do Plano Estratégico de Comunicação (RA nº 28/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas de comunicação institucional.
Monitoramento de iniciativas oriundas da Política de Governança e Gestão de Pessoas, assim como de iniciativas, indicadores e metas do Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas (COLABORA).	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento das unidades de gestão de pessoas para consecução das diretrizes estabelecidas pela Política e alcance dos indicadores e metas estabelecidos no Plano; e • Acompanhamento objetivo das ações de gestão de pessoas, permitindo subsídios mais concretos à Alta Administração.
Desdobramento da estratégia (construção/atualização de planos de ação) nas Varas do Trabalho do interior.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias e inovações em processos de trabalho e integração das equipes.

DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA

Foi realizado o desdobramento da estratégia em 05 (cinco) unidades administrativas, ocasião em que foram construídos planos de ação para atingimento dos objetivos estratégicos do Tribunal. Os eventos proporcionaram integração das equipes, bem como melhorias e inovações em processos de trabalho. Na ordem, as fotos das reuniões com Secretaria de Manutenção e Projetos; Secretaria de Licitações e Contratos; Divisão de Material e Logística; Secretaria de Orçamento e Finanças e Ouvidoria.





ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

INICIATIVAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
O Tribunal realizou três processos participativos para a elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário para 2020: Audiência Pública; Reunião com Magistrados e Servidores de 1º e 2º graus; e Consulta Pública.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação das metas nacionais; • Acompanhamento dos resultados parciais das metas; e • Participação de servidores, magistrados, ministério público, advogados, associações e sociedade no processo de elaboração das metas para o ano 2020.
Produção do encarte institucional sobre a Justiça do Trabalho e o TRT18.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega de material informativo para diversas autoridades com o intuito de fortalecer a imagem e o papel institucional da Justiça do Trabalho.
Reformulação do atendimento presencial e telefônico no balcão de atendimento do Fórum: aumento do número de atendentes (de 3 para 6) com o respectivo treinamento, assim como o monitoramento do atendimento das ligações telefônicas pelas referidas atendentes, pelas Varas do Trabalho e pelo JAE.	<ul style="list-style-type: none"> • Ficou resolvida a insatisfação dos usuários que resultava em um número excessivo de reclamações junto a Ouvidoria.
Realização do evento “Abril Verde - Pela Saúde e Segurança do Trabalhador”.	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização quanto à prevenção de acidentes de trabalho.
Participação do Tribunal no projeto “Viva o tempo de brincar e aprender”, coordenado pelo Fepetiago - Fórum Goiano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Ação no Setor Madre Germana, em Aparecida de Goiânia, reuniu centenas de pessoas que participaram de diversas atividades sociais e educativas, com foco na criança e no adolescente. Juízes do Trabalho estiveram presentes conversando com as pessoas e distribuindo cartilhas sobre o tema.
Realização de quatro edições do projeto “Café Seguro - Pela Saúde e Segurança do Trabalhador”, em que o Tribunal vai às empresas.	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento sobre a importância da prevenção de acidentes do trabalho; e • Palestras e oferta de um café da manhã aos trabalhadores:

	Sindiposto, Enec Engenharia, Enel e São Salvador Alimentos.
Participação do Tribunal no Projeto “Trindade - Tolerância Zero Contra a Exploração e o Trabalho Infantil”, que tem por objetivo sensibilizar as pessoas que frequentam a cidade por ocasião da Festa do Divino Pai Eterno.	<ul style="list-style-type: none"> • O Tribunal entregou 500 kits escolares a crianças carentes da região, além de realizar evento educativo com 120 crianças do programa Polícia Militar Mirim em Trindade-GO.
Atualização do layout do portal do TRT-18 conforme nova identidade visual da Justiça do Trabalho, bem como produção de layout responsivo a telas menores.	<ul style="list-style-type: none"> • O acesso aos serviços do TRT18 por meio do portal foi facilitado, tendo em vista layout unificado para toda a JT do país, bem como foi conferido acesso amigável por meio de celulares e tablets ao portal do TRT18.
Aprovação da resolução para transmissão ao vivo das sessões de julgamento e disponibilização dos vídeos (RA nº 118/2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do acesso às sessões de julgamento, de turmas ou plenárias, especialmente considerando quem precisa acompanhar o processo e não mora em Goiânia.
6ª Corridinha .	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do tema “Trabalho Infantil não é brincadeira”. Cerca de 40 crianças de uma escola pública da periferia participaram do evento.
Evento de Acessibilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização sobre a questão da acessibilidade.
Campanha mídia em ônibus na Grande Goiânia.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação sobre a importância do combate ao trabalho infantil, com o lema “Criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”, por meio de veiculação em 14 ônibus em circulação na Grande Goiânia, com grande alcance na população.
Oficina participativa quanto à Política de Responsabilidade Socioambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de propostas para construção da Política de Responsabilidade Socioambiental.

TRT PARA TODOS - ADVOGADOS

Fruto da parceria firmada entre a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, foi realizada uma edição do projeto “TRT para Todos” voltada aos advogados goianos. O encontro promoveu integração entre servidores e magistrados do TRT 18 e os advogados, disseminação de conhecimento, de boas práticas e de ações institucionais judiciais e administrativas.





Implantação da CENTRAL UNIFICADA DE SEGURANÇA e do controle de acesso de pessoas e veículos, cujos benefícios foram:

- Implementação do monitoramento de segurança, por meio de câmeras e sensores, em todas as unidades do Tribunal (capital e interior);
- Controle e registro visual dos acessos de servidores na entrada de pedestres e de veículos do Fórum Trabalhista de Goiânia; e
- Controle e registro visual dos acesso de veículos, por meio de reconhecimento inteligente de placas, no estacionamento do Fórum Trabalhista de Goiânia.



Disponibilização de quatro módulos no Sistema Hórus 18:

- Metas CNJ/CSJT;
- Oficiais de Justiça;
- CEJUSC; e
- Cálculos Judiciais.



O TRT 18, pela primeira vez desde que estabelecidas, CUMPRIU EM 2019 TODAS AS METAS DO PODER JUDICIÁRIO E ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

O Tribunal foi premiado em 2019 na categoria OURO no Prêmio CNJ de Qualidade.



CONCLUSÃO

A análise deste Relatório de Iniciativas permite concluir que em 2019 o Tribunal atingiu um alto nível de entregas e desempenho. Este resultado foi obtido graças ao esforço e dedicação de cada magistrado e servidor. Em 2020, contamos com o costumeiro engajamento das várias unidades para garantia da continuidade das ações voltadas ao atingimento dos objetivos estratégicos e da visão institucional.

Robnaldo José Santos Alves
Secretário-Geral de Governança e Estratégia

Paulo Pimenta
Desembargador-Presidente
TRT da 18ª da Região

Goiânia, 7 de fevereiro de 2020.

[assinado eletronicamente]
PAULO SÉRGIO PIMENTA
DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

[assinado eletronicamente]
ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES
SEC. GERAL GOVERNANÇA CJ-4